

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

NOVAS CASAS DO POVO mais uma farsa fascista

Andam os fascistas numa lufa-lufa a inaugurar Casas do Povo, com grande reclame de que serão através destas prestados os «benefícios» da Previdência aos trabalhadores do campo. Têm sido feitas pressões sobre muitas populações rurais para que apoiem a criação de novas Casas do Povo nas suas regiões, ou adiram às já existentes. Nem propaganda nem pressões têm dado resultados satisfatórios para os fascistas. Nalguns lados tem

sido muito viva a resistência dos camponeses à criação de novas Casas do Povo, assim como a sua recusa a ser integrados naquelas que alargaram o seu âmbito à área das suas freguesias. E também muito generalizada a recusa ao pagamento das cotas.

Quarenta anos depois da criação das Casas do Povo, as populações rurais tiveram mais que tempo para verificar que elas são organismos mortos, completamente inoperantes e que só lhes têm trazido encargos sem preencher nenhum dos objectivos que propagandeavam. Aprenderam-no com a sua amarga experiência os que trabalham os campos, sem falar nos milhares de famílias que procuraram no estrangeiro as garantias de melhor nível de vida, de trabalho, assistência e Previdência.

Segundo dados oficiais de 1970, as receitas das Casas do Povo do continente e ilhas açorianas foram de 161.357 contos (isto é, o que os camponeses e assalariados agrícolas, directa ou indirectamente foram obrigados a pagar) enquanto as despesas foram de 149.263 contos. Entre as despesas mais elevadas contam-se as de «Administração», 44.504 contos, o que quer dizer que só com burocracia gastam quase um terço do total das despesas; ao passo que com a «acção educativa e recreativa» gastaram 4025 contos, cerca de dez vezes menos. Também menores que as de «administração», as «despesas com serviços clínicos, de enfermagem e outros» foram de 41.546 contos, o que dividido pelo número de sócios dá a irrisória quantia de 87\$80 por ano e para cada sócio. Se formos a ver a rubrica «subsídio ao sócio» verificamos que, por desemprego, nem um só subsídio foi concedido no ano de 1970. Estes números dão, por um lado, a ideia da inoperância das Casas do Povo e por outro lado, porque são muito recentes, mostram que a perspectiva de criação de mais umas dezenas de Casas do Povo não poderá alterar grandemente o panorama até aqui verificado.

A criação das novas Casas do Povo baseia-se em grande parte nos sacrifícios financeiros dos habitantes das freguesias e respectivas freguesias. Quanto aos apregoados benefícios, é caso para dizer: «muita parra e pouca uva». Para os assalariados que forem sócios, a assistência continuará a ser, como até aqui, quase inexistente e a Casa do Povo não cobrirá as doenças profissionais nem acidentes de trabalho. Para todos os outros produtores agrícolas, as promessas do Governo são uma farsa, pois só lhes será dada assistência se provarem que

(continua na 2ª pág.)

IMPOR O DIREITO DE REUNIÃO

É já grande a azáfama dos dirigentes fascistas que se multiplicam em iniciativas com vistas aos preparativos das suas «eleições». Desde a ANP, com a renovação das suas comissões e os seus plenários distritais, a M. Caetano com os seus discursos de agradecimento aos agradecimentos que lhe organizam de vários lados em manifestações «espontâneas» pelos benefícios espalhados por esse país fora com reformas judiciais, feitura de novas cidades, abonos de família e não sabemos que mais a pedir medalhas de ouro, os fascistas esfalfam-se em actividade política. Não é que eles tenham qual quer receio de perder as «eleições» nas urnas. Não, sobre isso estão tranquilos. Até para maior segurança tiveram o cuidado de riscar dos cadernos eleitorais milhares de democratas anteriormente inscritos. Mas as burles prepararam-se também com propaganda e demagogia.

Enquanto isto se passa no campo fascista, a Oposição democrática as forças policiais reprimem e tentam impedir por todos os meios a organização e a actividade

de política, prendendo, interrompendo e impedindo pela força a realização de reuniões, aplicando centenas de multas a torto e a direito. A caça à multa aos democratas, aos estudantes, a todos os que protestam contra arbitrariedades e lutam pelos seus direitos, pelas liberdades, contra a guerra colonial, tornou-se hoje uma das direcções da acção policial. Tudo o que não seja da iniciativa ou favorável ao fascismo, é «subversivo». M. Caetano, no Congresso da ANP em Tomar, referindo as muitas liberdades de que gozam os portugueses (!!) apontou como uma das principais a de «ter opinião!». Os portugueses ficaram, pois, informados que não estão proibidos de pensar... A liberdade de manifestar essa opinião, isso é coutada que o governo se reserva a si e aos seus correligionários.

O direito de reunião e de discussão dos problemas é um direito de todos os cidadãos. Só que, em regime fascista, os democratas para puderem usá-lo têm de impô-lo pela acção.

NÃO PAGAR AS MULTAS

Muitos democratas e estudantes se têm já recusado a pagar as multas. Esse é o caminho a seguir. Não adoptar uma atitude passiva perante estas prepotências do fascismo. Para além de em muitos casos ser possível conseguir absolvições, de que já há alguns exemplos, trata-se de uma forma de luta política que pode vir a transformar-se em verdadeiras acções de massas (caso dos 103 estudantes do Porto) e criar problemas ao fascismo.

Em consequência de ter havido já algumas absolvições e recusando que outras possam seguir-se, o governo está a tentar exercer escandalosa pressão sobre os juizes. Não pode entender-se de outra maneira o despacho governamental do Secretário de Estado da Instrução e Cultura a propósito da absolvição de 5 estudantes da Universidade do Porto. Nesse despacho, a pretexto de «esclarecer» que tal absolvição nenhuma influência deve ter no plano da actuação disciplinar a levar a efeito pelas autoridades académicas, o referido Secretário de Estado tece várias considera-

ções que são uma forma de pressionar os juizes, nomeadamente quando diz que «a maioria dos arguidos teve consciência da ilicitude do seu comportamento» pagando as multas. No mesmo sentido têm de entender-se as afirmações de M. Caetano no encerramento do plenário da ANP em Aveiro quando, ao dizer que cumpre ao governo assegurar a ordem, não se esquece de salientar que abrange nessa designação de governo todas as autoridades «incluindo os tribunais que têm de aplicar as leis». No discurso que faz aos que lhe vão agradecer a «reforma judiciária» insiste no mesmo tema ao dizer que o «objectivo é o de uma justiça que de olhos bem abertos possa, a tempo e horas, velar pelos valores essenciais da sociedade existente».

Recusar em massa o pagamento das multas e deixar seguir os processos para os tribunais, transformar os julgamentos em acções políticas de denúncia e desmascaramento do fascismo, é denunciar a repressão e lutar pelo direito de reunião.

VITÓRIA DOS PESCADORES!

Ler na pág. 3

Congresso Mundial DAS FORÇAS DA PAZ

A convocação dum Congresso Mundial das Forças da Paz pela Organização Internacional e Desarmamento, pela Independência Nacional, a Cooperação e a Paz foi aprovada na reunião consultiva internacional realizada em Moscovo e na qual participaram 49 organizações internacionais e 89 organizações nacionais de 60 países diferentes. Entre as organizações internacionais representadas, figuraram o Conselho Mundial da Paz, a O.N.U., a O.U.A., a Liga Árabe, a A.I. dos Juristas Democratas, a F.D.I. das Mulheres, a F.M.J.D., a J.O.C., a Federação Sindical Mundial, a C.I. dos Sindicatos Árabes, a C.M. do Trabalho, o Conselho Mundial das Igrejas — as quais se citam, entre outras, para documentar o vasto leque de organizações e movimentos políticos, religiosos e sociais presentes e que subscrevem o Apelo para a realização do Congresso, de 2 a 7 de Outubro em Moscovo.

No documento então publicado, apela-se para o concurso de todos na preparação e participação no Congresso «que será a expressão do poderoso movimento que hoje levanta e une os povos e, ao mesmo tempo, será um novo impulso na luta contra os perigos que continuam a pesar sobre a paz mundial». Depois de referir os sucessos reais já alcançados, com relevo para a vitória do povo vietnamita contra o agressor imperialista, na a os progressos da luta de libertação nacional e pela independência económica, bem como os sucessos na distensão na Europa e os progressos da coexistência pacífica — o apelo aponta para os focos bélicos existentes no Médio Oriente, Indochina e outros provocados pelo colonialismo, neo-colonialismo e racismo, preconizando a necessidade de serem definidos os objectivos prioritários da luta comum e a mobilização da opinião em sua defesa.

Já está em curso a realização de assembleias preparatórias. Assim se realizou em Varsóvia uma reunião internacional sobre a cooperação, com um encontro de intelectuais, e em Dacca uma reunião sobre os problemas da paz na Ásia. De 3 a 6 de Junho, efectuou-se um encontro constituinte internacional na Istámbul, sobre a Segurança Europeia. Novo encontro, sobre desarmamento, se irá realizar na Suíça.

Esse Congresso será decerto um novo grande passo para a união de todas as forças da paz, para o fortalecimento de todas as suas acções, para o alargamento e reforço do apaziguamento internacional. Ele terá também influência na intensificação da acção dos portugueses pela segurança e a cooperação europeias, pelo fim das guerras coloniais e pela independência dos povos, pela libertação do país do domínio imperialista, pela democracia, pela paz mundial. Por tudo isto, a divulgação em Portugal da realização do Congresso de Moscovo e a preparação dum larga participação portuguesa são questões que se não podem adiar.



Governa o Caetano, governam-se os Caetanos...

Toda a sua vida, Marcelo Caetano serviu os monopólios. Como teórico do fascismo, como consultor jurídico, como presidente de assembleias gerais e administrador de grandes empresas, como membro e chefe do governo fascista, o seu lema foi só um: defender os interesses do grande capital (sem esquecer, claro está, os seus próprios interesses). Ordenadas lutas, principescos ordenados, elevadas gratificações foram sempre a generosa recompensa que recebeu dos monopólios.

Mas nunca como agora, desde que Caetano governa como chefe supremo dos fascistas, os Caetanos se governaram tão bem.

Um caso correu de boca em boca: O do Aeroporto de Lisboa, estrategicamente localizado em Rio Frio, a fim de que os donos da Herdade do Rio Frio — os latifundiários Lupi e o filho de Caetano que a eles uniu os seus destinos casando com uma das herdeiras — pudessem encher a barra com a venda dos terrenos por alto preço. Mas muitas, muitas outras fontes de boas receitas têm os Caetanos.

Para os nossos leitores, aqui vão alguns exemplos dos tachos que filhos e irmão de Marcelo acumularam nos últimos anos.

O dr. José Maria de Barros Alves Caetano (filho de Marcelo Caetano) é:

- * Administrador-geral das «Construções SORENA»;
- * Presidente da assembleia geral da «IMOBEX — Gestão de Bens Imobiliários»;
- * Administrador da «GEFEL — Gabinete de Estudo e Empreendimentos Técnicos»;

... governa o Caetano e governam-se os caetanos

- * Presidente da assembleia geral da «GEOBRA — Gabinete de Estudos de Decorações e Obras»;
- * Presidente da assembleia geral da «Casal da Eira — Sociedade de Gestões e Administrações Financeiras»;
- * Membro do conselho fiscal da «NIERE — Sociedade de Comércio de Importação e Exportação».

O arquitecto João de Barros Alves Caetano (outro dos filhos de Marcelo Caetano) é:

- * Administrador da «GEFEL — Gabinete de Estudos e empreendimentos Técnicos»;
- * Presidente do Conselho fiscal da «SOMAGUE — Sociedade de Empreitadas»;
- * Membro da mesa da assembleia geral da «LITHO FORMAS PORTUGUESA».

O dr. Miguel de Barros Alves Caetano (filho também de Marcelo Caetano) é:

- * Membro do conselho fiscal da «NUTRIGESTE — Companhia Portuguesa de Alimentação»;
- * Membro do conselho fiscal da «GEFEL — Gabinete de Estudos e empreendimentos Técnicos».

O sr. Manuel José Barata Alves Caetano (irmão de Marcelo Caetano) é:

- * Membro do conselho fiscal da «SOTURIS — Sociedade de Expansão Hoteleira e Turística»;
- * Membro do conselho fiscal da «SONACIN — Sociedade Nacional de Investimentos Financeiros»;
- * Membro da mesa da assembleia geral da «SONAREP — Sociedade Nacional de Refinação de Petróleos».

Eleições - farsa nas colónias A Assembleia Nacional Popular da Guiné - Bissau

A criação dos «Estados de Angola e Moçambique e as «eleições» para as Assembleias Legislativas das diversas colónias têm sido os aspectos mais propagandeados pelo governo fascista de Caetano para apresentar a «evolução» da sua política colonialista. O seu objectivo fundamental é o de enganar a opinião pública mundial.

Mas não parece que tal manobra demagógica tenha tido sucesso. Se exceptuarmos a imprensa estrangeira que recebe altas verbas para escrever o que os caetanistas desejam, por todo o lado as «eleições» de fins de Março foram desmascaradas como uma farsa.

Não falando aqui da burla dessas Assembleias Legislativas e das «eleições» realizadas, e pondo ainda de lado a mentira habitual dos números apresentados pelos fascistas, basta referir estes para se pôr a nu a completa burla de tal processo eleitoral.

	População (n.º aproximado)	Inscritos
Moçambique	8.230.000	109.177
Angola	5.670.000	584.000
Guiné	490.000	7.824
Cabo Verde	270.000	23.521
S. Tomé	74.000	5.881
Macau	250.000	2.620
Timor	610.000	12.644

Apesar de todos os esforços realizados pelos fascistas são os seus próprios números que mostram que nem as massas africanas nem as de Macau e Timor estão inscritas. Por isso aqueles que traíram os seus povos para servir o governo português logo são chamados para as Assembleias Legislativas para que estas tenham alguma aparência de representação local.

Tem interesse comparar a «eleição» na Guiné-Bissau com o que se passou, de Agosto a Outubro de 1972, na eleição da Assembleia Nacional Popular, conduzida pelo PAIGC.

No interior da Guiné foram distribuídos 83 mil boletins e votaram 77.515 guineenses (93,39%). Os candidatos foram aprovados por 75.163 votos (96,96%, dos votantes). No exterior os boletins

«NOVAS CASAS DO POVO»

(continuação da 1.ª pág.)

os seus meios de vida lhes não asseguraram situação diversa dos assalariados rurais. Assim, basta irem as quatro paredes dum casa ou um palmo de terra para perderem o direito à assistência.

Haverá, isso sim, a custo do dinheiro dos trabalhadores, proporcional aumento das despesas com «administração» que o mesmo é dizer maior número de ráteiros a quem são dados «tachos» para ficarem nas Casas do Povo a policiar, a exercer pressões e controlar mais de perto as populações rurais. Talvez não seja por acaso que novas Casas do Povo foram criadas em zonas onde tem sido mais intensa a luta dos camponeses.

É justo que os camponeses resistam à criação de novas Casas do Povo e recusem o pagamento de cotas para esses organismos fascistas. Mas por outro lado, onde tenham força e unidade para tal, devem procurar eleger para as Casas do Povo direcções honestas de trabalhadores e reivindicar que sejam de facto cumpridas as tão apregoadas promessas que são palavras ao vento em discursos de fascistas.

tins distribuídos, os votantes e os votos positivos foram sem r: 4.517.

Por meio de tais eleições, que mostram claramente quem tem a população do seu lado, foram escolhidos 273 conselheiros regionais e 99 representantes à Assembleia Nacional Popular. Para completar esta foram designados 21 representantes das zonas ainda ocupadas pelos colonialistas (3 por Bafatá, 4 pelas Ilhas Bijagós, 9 pela Ilha de Bissau e 5 pela Ilha de Bolamá). Segundo afirmou Vasco Cabral, chefe da delegação do PAIGC à Conferência de Oslo, em Abril, aquela Assembleia Nacional Popular proclamará durante este ano a existência do novo Estado, da Guiné-Bissau independente.



Liberdade

Depois de ter descoberto o «diálogo» em sentido único, o Batis-tado Propaganda anuncia serem desejáveis as inovações e o movimento de ideias, desde que se destinem a... apoiar ou colaborar com o fascismo. Mais uma luminosa definição da «ordem» e a «democracia» de M. Caetano.

Históricos

Numa assembleia de estudantes, alguns verbistas, tendo à sua frente o Soldado do Expresso, instalaram-se logo na mesa, sem ouvirem a «base» (na assembleia no caso) passaram a dirigir os trabalhos. A coisa correu mal e, à falta de argumentos, lançaram a provocação. Segundo gritou um, direcções associativas, que Indico, seriam oportunistas e revisionistas do traidor PCP! A assembleia indignada correu com eles. Os provocadores barraram, barafustaram, insultaram, praguejaram, ameaçaram e acabaram por fazer um apelo à «base» para que abandonasse a sessão. Resultado: da assembleia de 500 estudantes, saíram tratadamente 12 históricos que, conforme anunciaram, foram para a rua fazer a revolução.

Conhecem?

Chama-se «O Tempo e o Modo». Diz ser uma revista. É claro a quem diz servir, menos claro a quem serve. Distinta do livro por cada letra. Ódio à URSS, ódio ao movimento comunista, ódio aqueles que lutam para libertar Portugal do fascismo. Pretendendo bater em tudo e em todos com facciosismo e má fé, é tão manifesta a sua impotência, que se torna maior a piedade que inspira que a indignação que provoca. Custa 12\$50 e não vale um tostão.

Aliados

Ellos de mãos dadas, em estreita colaboração ideológica. Os críticos das alianças antifascistas e os fascistas dissidentes. Esquerdistas ultra-revolucionários e liberalizantes ainda com as fraldas da ditadura. Plataforma desta nova «unidade»: luta comum contra a Oposição democrática. O que não se sabe ainda é se os liberalizantes se tornarão esquerdistas ou se são estes que se tornarão liberalizantes.

Referência

APIDE-DGS publica uma revista digna de quem a faz. No nº 2 agradece as referências feitas em vários jornais ao aparecimento do nº 1, em termos que desancadamente agradecemos. Entre esses jornais: «Diário de Notícias», «Diário do Minho», «Comércio do Funchal».

QUANTIAS RECEBIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

À memória de Carlos Campino	1.300\$00	Jofre Amaral Nogueira	3.000\$00
À memória de Guilherme de Carvalho	800\$00	José Gregório	500\$00
À memória de José Gregório	15.000\$00	José Gregório	5.000\$00
António Vermelho	200\$00	José Magro	80\$00
ARA-76	150\$00	Jovens do Oeste	120\$00
ARA-73	50\$00	Leonel P. Paz	150\$00
Auxílio ao Partido	7.000\$00	Lib. pl Dias Lourenço	200\$00
Barroquinos Alentejanos	350\$00	Lista do Natal	1.000\$00
Bento Jesus Caraca	1.000\$00	Luta dos Motoristas	100\$00
Bolcheviquezinho	320\$00	Manuel Rodrigues da Silva (D)	200\$00
Che Guevara	1.000\$00	Manuel Rodrigues da Silva (O)	1.000\$00
Chelepin	100\$00	Mário Sacramento	3.000\$00
Chelepin (3)	50\$00	Marta	300\$00
Chelepin (IV)	50\$00	Marta	50\$00
Dias Coelho	1.500\$00	Marta	320\$00
Dias Lourenço	1.000\$00	Metalúrgicos Revolucionários	127\$50
Dias Lourenço	1.000\$00	Militante	1.000\$00
Dias Lourenço	1.000\$00	Natal Vermelho	500\$00
Dias Lourenço	100\$00	PC nosso farol	300\$00
Disco Soviético	50\$00	PC nosso farol	200\$00
Electricista Vermelho	100\$00	PC nosso farol	100\$00
F. Vicente (1-2)	140\$00	Para a frente	500\$00
F. Vicente (3)	70\$00	Passarinho Vermelho	125\$00
Fausto	100\$00	Pastor Vermelho	100\$00
Fernando Vicente	70\$00	Pela dinamização do distrito do barrete verde	400\$00
Ferreiro Velho	200\$00	Pela organização dos motoristas	100\$00
Gabriel Pedro (1-2)	400\$00	Postais Soviéticos	55\$00
Gabriel Pedro (IV)	200\$00	Presos Políticos	90\$00
Georgete e Sofia	1.000\$00	Prokofiel (10-11)	300\$00
Georgete e Sofia	500\$00	Resistente Vermelho (B)	50\$00
Georgete e Sofia	2.000\$00	Rosa Luxemburgo	75\$00
Germano Vidgal	100\$00	Semore Amigo (L)	500\$00
Gervásio	1.500\$00	Simpatizante do P. Serra Vermelha	220\$00
Guilherme de Carvalho	50\$00	Tomás da Fonseca	500\$00
Guilherme de Carvalho	500\$00	Um marxista	100\$00
Guilherme de Carvalho	1.000\$00	Um simpatizante do P.	50\$00
Guilherme de Carvalho	10.000\$00	Vitimas do Tarrafal (1-2)	1.500\$00
Guilherme de Carvalho	120\$00	Vitimas do Tarrafal (3)	515\$00
Ho Chi Minh	4160\$00	Vitimas do Tarrafal	515\$00
Ho Chi Minh (1)	1.500\$00	Vitória do MPLA	20\$00
Ilídio Esteves	500\$00		
Imprensa Democrática	100\$00		
Imprensa Democrática	50\$00		
Imprensa Democrática (3)	50\$00		
Ivan	1.178\$50		
		TOTAL:	76.557\$00

Luta nas empresas

S.T.C.P. (Carris do Porto)—Os operários das oficinas da Carcereira fizeram uma paralisação de uma hora no dia 31 de Maio, tendo ficado imobilizados duas dezenas de autocarros. Foram feitas inúmeras inscrições dentro das oficinas e dos autocarros e ao retomarem o trabalho os operários entraram a fazer «cera». Esta acção dos operários das oficinas da Carcereira insere-se na continuação da luta pelo pagamento do 7º dia, luta que teve início em Outubro do ano passado, conforme o «Avante!» relatou. Além disso os operários reivindicam um aumento de salários de 15%.

Na Eduardo Ferreirinha & irmão, que mudou parte das suas instalações para a Trofa e pretendia que os operários fizessem a deslocação à sua custa, estes conseguiram já obrigar a empresa a colocar transportes à sua disposição a partir das instalações do Porto. Os trabalhadores continuam entretanto a luta para que o tempo gasto nos transportes entre as instalações da empresa seja integrado na jornada de trabalho e não corra por sua conta, como a empresa pretende.

Na Companhia Industrial de Portugal e Colónias (Lisboa) os trabalhadores lutam por um salário mínimo de 4.500\$00 mensais e outras melhorias sociais. Em meados de Maio cerca de 200 trabalhadores (camionistas e ajudantes) decidiram começar a fazer «cera» em apoio desta reivindicação. Os trabalhadores da empresa conquistaram já o pagamento do 7º dia.

Na ROBBIALAC uma comissão apresentou em nome dos operários da empresa a reivindicação da melhoria, em qualidade e quantidade, das refeições servidas na cantina. Foi recusada a proposta da Administração de que essa melhoria se fizesse à custa dum aumento do preço das refeições a pagar pelos trabalhadores, pelo que a luta prossegue.

Também na EMPRESA FABRIL DO NORTE, onde a comida era pouco menos que intragável, houve várias acções do pessoal, nomeadamente um abaixo-assinado, exigindo a melhoria da alimentação. O chefe dos serviços, que a princípio respondeu com ameaças, foi obrigado a receber uma comissão de operários que, com firmeza, lhe expuseram as melhorias que desejavam ver introduzidas. A comida melhorou imediatamente.

Ainda nesta empresa, os operários metalúrgicos que aí trabalham que por efeito do alargamento de âmbito do CCT dos metalúrgicos passaram a ter direito ao pagamento do 7º dia e ao mês, conseguiram ao fim de quase um mês de luta obrigar a Administração a cumprir o contrato e a deixar de reter sempre em seu poder 7 dias de salário.

Na TEBE (fábrica têxtil em Barcelos) os operários reagiram indignadamente contra a tentativa da gerência de passar a pagar à quinzena (recebem semanalmente). Duas tentativas feitas neste sentido durante duas semanas seguidas foram goradas pela pronta e enérgica reacção dos trabalhadores, que chegaram mesmo a sovar alguns encarregados que mais se destacaram no apoio à manobra do patrão. O estado de indignação dos operários e operárias era tal que a polícia, tendo sido chamada, achou pruden-

dente não entrar na fábrica.

Nos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento (Porto), os trabalhadores fizeram três concentrações seguidas (nos dias 21, 22 e 23 de Maio) junto da Administração para protestarem contra o facto de, passados 3 meses, continuarem a não receber o aumento de 15%, concedido ao funcionalismo público e exigirem o seu pagamento. A última concentração foi reprimida pela polícia, a resposta mais pronta que o patronato e o fascismo têm sempre para enfrentar as justas exigências dos trabalhadores. Além destas concentrações foi ainda feito um abaixo-assinado entre o pessoal que recolheu centenas de assinaturas. Luta idêntica se desenvolve nos S.M. de Gás e Electricidade onde se formou uma comissão que foi reclamar o aumento de 15%, sendo grandes a indignação e disposição de luta.

VITORIOSA A GREVE DOS PESCADORES!

Os valentes pescadores de Matosinhos, Afurada, Póvoa do Varzim e Vila do Conde, num total de mais de 4.000, terminaram vitoriosamente a greve iniciada em 15 de Abril. Contra a sua combatividade e resistência malograram-se as tentativas dos armadores e do Tenreiro para levá-los a desistir. Alguns armadores foram contactar pescadores a suas casas, tentando que furassem a greve, mas a unidade e determinação da classe resistiu a todas as manobras.

Depois da ida dum comissão a Lisboa falar com o Tenreiro, de que nada resultou, foi marcada uma reunião para Matosinhos com 2 pescadores, 2 representantes dos armadores e 2 mestres. Entretanto compareceram à reunião mais de 250 pescadores que conseguiram entrar e participar nas negociações. Os armadores recusaram uma proposta de 3.500\$00 por mês, 1% sobre o valor do pescado e descanso ao domingo, não vacilando os pescadores em prosseguir a sua corajosa greve.

O movimento de solidariedade e apoio à luta dos pescadores teve grande amplitude. Foram publicadas tarjetas do CLP, do PCP, da Comissão de Trabalhadores Democráticos do Porto, da Comissão concelhia do Porto do Mov. Democrático, da Comissão Democrática dos Estudantes do Porto apoiando os pescadores na sua luta e apelando para a ajuda material. Foram recolhidas e entregues várias quantias em dinheiro e prestadas outras formas de solidariedade.

Finalmente, ante a firmeza e combatividade dos valentes pescadores, os armadores foram obrigados a ceder e no dia 25 de Junho (ao fim de 70 dias de greve!) os pescadores voltaram ao mar conquistando quase inte-

Luta Sindical Grandes acções dos bancários

Milhares de empregados bancários reuniram-se em assembleias gerais em Lisboa e no Porto para discutirem e defenderem reivindicações que consideram fundamentais no novo CCT. As assembleias reuniram mais de 3.500 bancários em Lisboa e cerca de mil no Porto que se manifestaram unanimemente pela defesa do horário de trabalho contido na proposta sindical e rejeitaram com energia o horário decidido pelo tribunal arbitral, que consideram altamente lesivo dos seus interesses.

Além das assembleias, os bancários de Lisboa e Porto, que têm revelado grande combatividade na defesa dos interesses da classe, têm realizado manifestações de rua em que rasgam e deitam fora exemplares da contra-proposta gremial, expressando o seu vivo descontentamento e reivindicações. No dia 18 de Junho foi feita uma manifestação em Lisboa que deu origem a vários ajuntamen-

tos da população e interrupções de trânsito, tendo a PSP intervido violentamente, provocado vários feridos, estragos em estabelecimentos comerciais e efectuada diversas prisões. No dia 6 de Julho voltou a haver manifestações, no Porto, e de novo em Lisboa. Os bancários do Porto concentraram-se na Praça da Liberdade e em seguida desfilaram pela Avenida dos Aliados rasgando exemplares da contra-proposta do grémio. Foi grande o aparato policial que se manteve durante toda a tarde na respectiva zona.

Nos últimos dias milhares de bancários têm participado em assembleias discutindo a posição da classe perante decisões do tribunal arbitral.

NÃO AOS FANTOCHES

19 sindicatos representando mais de 200 mil trabalhadores subscreveram um ofício enviado a Sítua Pinto reivindicando a sua participação na escolha do representante dos trabalhadores à C.I.T. (Conférence Internacional do Trabalho), um dos três principais órgãos da O.I.T., reunida em Junho, reunido que a delegação portuguesa viria a abandonar por terem sido justamente convidados a participar nels os momentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Desde há tempos que o movimento sindical vem travando intensa luta para que sejam os trabalhadores a designar os seus representantes às reuniões da O.I.T., como os próprios regulamentos da organização estipulam, mas que o governo fascista português sempre tem ignorado, sendo ele próprio a fazer essa designação ou as Corporações, ou seja, o patronato.

Tem interesse saber-se que sendo Portugal membro da O.I.T. desde 1919, data da sua criação, e tendo a C.I.T. já aprovado mais de 130 convenções, Portugal apenas ratificou 29.

Na Apúlia e em Melgaço O povo impõe os seus direitos

Para CIMA DE UM MILHAR DE SARGACEIROS DA FREGUESIA DA APULIA concentraram-se em cólera e, martelos e picaretas nas mãos, arrasaram vedações, muros, esteios e poços edificadas nos terrenos que, desde 1877, eram pertença comunal para a seca de sargaço.

Aproveitando-se da miséria e da emigração, a troca de escassas centenas de escudos, especuladores começaram a comprar as miseráveis barracas, depois do que construíam muros e vedações, acabando por edificar moradias estivais com o seu poço, garagem, etc., nos terrenos comuns — tudo isto clandestinamente!

Compreende-se o motivo da cumprimento da Câmara da Espoende. A maioria das moradias era pertença da média e alta burguesia de várias cidades do Norte, inclusive gente ligada à Administração...

Esgotadas as delícias várias compreendidas pela população uma grande Assembleia é convocada em 11 de Junho, com mais de mil sargaceiros e famílias que dali partiram para os seus terrenos destruindo as construções «clandestinas» (capenas ponpando as casas). A G.N.R. compareceu imediatamente, mas não se atreveu a intervir perante a determinação e combatividade da multidão de trabalhadores, que assim retomaram a posse dos terrenos colectivos.

Esta corajosa acção de massas dos sargaceiros integra-se na luta que, em vários pontos do país e nas Beiras nomeadamente, as populações vêm travando contra as espoliações dos terrenos baldios e comunais.

Os acontecimentos em MELGAÇO revelam também a combatividade popular e como o critério dos agentes governamentais é diferente quando se trata de trabalhadores. Aqui, a Câmara decidiram mandar demolir as miseráveis habitações de muitos trabalhadores da vila, apesar de neste caso nem serem clandestinas.

Os habitantes dessas casas e seus familiares, muitas dezenas de pessoas, entrincheiraram-se ali no dia 24 de Maio, dispostos a resistir à prepotência dos zelosos camarários que, punham na rua dezenas de pessoas sem abrigo. A G.N.R. da vila, apressadamente convocada para «restabelecer a ordem», impotente perante a disposição inabalável dos trabalhadores, convocou todos os guardas republicanos das povoações vizinhas colocando a vila em estado de sítio.

Apesar do cerco das forças represálicas, das ameaças e intimidações, ninguém cedeu, mantendo-se os habitantes entrincheirados na disposição de resistir ao assalto. Perante esta determinação, o comandante resolveu finalmente «pensar melhor» e mandou retirar o cerco.

Saudamos as lutas de Apúlia e de Melgaço. Elas mostram o fosse existente entre o povo e o governo caetanista. Demonstrem a combatividade das massas populares e que a sua unidade e determinação dependem das vitórias das suas reivindicações. Demonstrem a necessidade de organização, para que essas vitórias se consolidem e alarguem, integrando-se na luta geral do nosso povo.



VIDAS EM PERIGO nas prisões fascistas

A repressão continua a ser uma das principais bases de apoio do regime as cadeias fascistas uma peça fundamental, como a tortura, da engrenagem aniquiladora das vítimas da repressão.

Nas cadeias de Peniche e Caxias, além dos numerosos antifascistas que aí se encontram na fase de interrogatórios e tortura ou aguardando julgamento, estão dezenas de outros a cumprir penas — alguns já com longos anos de prisão, barbaramente torturados quando presos, hoje gravemente doentes. Entre eles destacamos os casos particularmente graves de José Magro, com a saúde completamente arruinada, a completar 20 anos de prisão, hoje um dos presos políticos portugueses que mais tempo tem passado nas masmorras fascistas, mais de metade da sua vida de adulto; Rogério de Carvalho, já com cerca de 14 anos de prisão, também gravemente doente (há pouco operado a uma hérnia inguinal direita de que se recomeçou com dificuldade), tendo o relatório duma junta médica a que foi submetido em meados de 1972 concluído por uma situação degenerativa em rápida evolução que pode originar-lhe a invalidez dentro de algum tempo; Angelo Velloso, com mais de 7 anos de prisão e acusando efeitos já muito sensíveis da hérnia discal com atrofiamento nítido da massa muscular da perna direita e dores cada vez mais fortes, também com uma perspectiva muito real de invalidez; Manuel Pedro, com cerca de 9 anos de prisão, um caso muito preocupante de saúde e que ainda em Janeiro teve de ser interna-

do de urgência para uma operação. É preciso intensificar a luta pela libertação destes destacados militantes antifascistas que correm sério risco de ficar inutilizados para sempre se continuarem presos.

Numerosos antifascistas em várias regiões do país desenvolvem uma larga actividade na luta pela amnistia. Muitos milhares de assinaturas exigindo a amnistia (cerca de 60.000) já foram recolhidas e entregues na Assembleia Nacional e na Presidência da República. A luta contra a repressão e pela amnistia, é uma importante frente de batalha de todos os democratas portugueses. Ela pode e deve mobilizar as mais largas massas, as mais diversas camadas da população. Defendamos as vidas dos presos políticos! Exijamos a sua libertação! Amnistia!

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Alargam-se e reforçam-se em diversos países as acções de solidariedade, particularmente em favor das vítimas da repressão fascista. Pelo seu elevado número e impossibilidade fazer referência a todas as que conhecemos.

Em Itália, ainda sobre os estudantes presos e com a citação das torturas e julgamento de Teresa Dias Coelho, além das acções já notificadas, as Direcções Nacionais da F.J. Comunista, da F.J. Socialista, da F.J. Republicana, da J. Académica e do Movimento Juvenil da D. Cristá assaíram em conjunto um telegrama a M. Caetano exigindo a libertação daquela jovem estudante. A embaixada de Portugal em Roma foram enviados telegramas pelo Presidente da Câmara de Alessandria, pelo governo municipal de Bologna, pelos Comités Mocarabique Livre e Espanha Livre desta cidade, por Comités Antifascistas de diversos bairros e por organizações das cidades de Mito, Turim, Raveno.

Em Turim foi amplamente esboçado um comunicado que apresentou as torturas sofridas pelo jovem José Pedro Soares, a carta que sua mãe escreveu a M. Caetano e os textos dos telegramas enviados à Embaixada de Roma, às mais altas autoridades Italianas e aos jornais, em favor da sua libertação.

Também foram enviados telegra-

mas de solidariedade dos secretários provinciais de Génova das três centrais sindicais (CGIL, CISL, e UIL), dos secretários da Fed. dos Trabalhadores Metalomecânicos da mesma província, de Federações do P.C. Italiano, do Agrupamento Unitário da Resistência de Novara e outros.

Ainda em Itália, realizaram-se em Maio mais duas conferências nas cidades de Novara e Arona em que um representante do movimento antifascista português falou sobre a luta que se trava no país. Em Arona um representante da D. Cristá propôs a criação de um Comité Unitário de Solidariedade à luta do povo português, o que foi logo aceite pelos outros partidos e organizações presentes.

Em Maio a União Nacional dos Estudantes da Grã-Bretanha enviou telegramas e cartas protestando contra as torturas e o tirotole sobre os estudantes. No mesmo mês cerca de 700 jovens franceses assinaram um protesto dirigido a M. Caetano contra a repressão, durante a festa dos jornais da juventude comunista francesa.

O Comité Central da União Socialista da Juventude da Checoslováquia enviou uma mensagem de apoio à juventude portuguesa nesta «vossa luta heroica pelo restabelecimento da democracia no vosso país».

Conferência de Segurança e Cooperação na Europa

Acaba de realizar-se, em Helsinquia, a primeira fase da Conferência, com a participação de 33 países da Europa, o Canadá e os Estados Unidos.

A sua realização constitui uma importante vitória das forças da paz, e culmina um longo processo em que a União Soviética e os países do campo socialista foram os principais motores. O «Avante!» fará num dos próximos números um balanço desta histórica Conferência. Entretanto, reproduz-se um curto extracto da Declaração, de Março de 72, da Comissão Política do C.C. do P.C.P., sobre a segurança europeia:

«A coexistência pacífica, o desanuviamento e a paz na Europa, afastarão o perigo de conflitos e consolarão a paz mundial. Criarão também condições favoráveis à construção do socialismo e ao reforço dos países socialistas, em que os trabalhadores de todos os países e os povos em luta contra o imperialismo estão vitalmente interessados, e à luta dos povos dos países capitalistas europeus pela democracia, a independência nacional e o socialismo.

(...) O povo português está directamente interessado no desanuviamento e na paz na Europa. Uma política imperialista na Europa fundada na consigna da «ameaça soviética» seria aquela que melhor serviria o fascismo e o colonialismo português.

(...) Ao contrário, o desanuviamento e o estabelecimento de um sistema de segurança na Europa criarão maiores dificuldades internacionais ao regime fascista português.

(...) O governo fascista será obrigado contra sua vontade a participar na Conferência. Isso significará uma séria derrota da sua política de provocação internacional em aliança com os círculos mais reacçãoários e agressivos do imperialismo».

A Conferência de Oslo

Os movimentos de libertação da África obtiveram uma importante vitória diplomática com a realização da Conferência de Oslo (9 a 14 de Abril último).

Foi em Novembro de 1971 que a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou uma resolução que encarregava o Secretário-Geral, em cooperação com a Organização da Unidade Africana (OUA), de organizar, em 1973, uma conferência internacional de povos para o apoio às vítimas do colonialismo e do «apartheid» em África.

Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França recusaram-se a comparecer, o que foi apontado como uma prova do seu contínuo com os regimes colonialistas e racistas em África.

Pela primeira vez, numa reunião organizada pela ONU, os movimentos de libertação foram reconhecidos como participantes no mesmo pé dos outros membros das Nações Unidas. Aláís foi o presidente do MPLA, Agostinho Neto, que foi eleito presidente da Conferência e Marcelino dos Santos, vice-presidente da Frente, foi eleito como relator.

Tem também relevo o facto da Conferência se ter realizado num país (Noruega) que é membro da NATO.

A Conferência aprovou um amplo programa de auxílio aos movimentos de libertação, onde se afirma a certa altura: «Todos os países e todos os povos amantes da paz, da liberdade e da justiça, devem ajudar os movimentos de libertação no seu justo combate e na sua luta armada».

Na Inglaterra

CONTRA AS COMEMORAÇÕES DA ALIANÇA

A crescente condenação da política fascista e colonialista do governo português tem tido as suas expressões particularmente vivas na Inglaterra a propósito do 6º aniversário da «aliança luso-britânica».

Foi organizada uma ampla Campanha para o fim da Aliança («End the Alliance Campaign»), que possui comités em muitas cidades, e que tem como objectivos a solidariedade com o povo português e os movimentos de libertação das colónias portuguesas.

O apoio de Grã-Bretanha a Portugal, simbolizado e celebrado na Aliança Luso-Britânica, é uma forma directa de colaboração com o fascismo na Europa e o colonialismo na África», afirma-se numa das muitas publicações editadas por esta Campanha.

Em muitas reuniões, manifestações, exposições, têm sido postas a nu a repressão e os crimes do fascismo português. A imigração portuguesa e outros representantes de Portugal têm também participado nessas acções de protesto. Jornais e revistas ingleses têm publicado artigos sobre a política fascista e colonialista de M. Caetano, sendo alguns assinados por portugueses.

O Partido Comunista da Grã-Bretanha numa nota adoptada em Maio, em que afirma as relações de ampla dependência financeira de Portugal em relação ao imperialismo britânico, apela para uma acção de massas contra o apoio à política do governo português.

O Partido Trabalhista inglês também fez protestos públicos contra a celebração da «aliança».

A inflação e a mentira

«O desregramento da economia produz-se na inflação universal». Esta é uma das muitas afirmações feitas por M. Caetano no seu discurso de Tomar, que ele não pode deixar de saber que é mentira.

É certo que outros dirigentes de países capitalistas dizem também que a inflação é um fenómeno universal, mas todos eles sabem perfeitamente que o «desregramento económico» é uma característica do mundo dos monopolistas.

Para os nove países do Mercado Comum (segundo dados divulgados pelo PCF) são as seguintes as taxas anuais de elevação dos preços ultimamente calculadas:

Irlanda	10%
Itália	9,6%
Francia	9%
Grã-Bretanha	8,2%
Países Baixos	7,7%
Países Baixos	7,4%
R.F. Alemã	6,9%
Luxemburgo	6,1%

Para Portugal a taxa é maior, pois o próprio cálculo na base dos índices utilizados (que escondem alguns fenómenos de inflação) dá um valor superior a 12% durante o ano de 1972.

M. Caetano, naquele seu discurso, é muito explícito. Diz que a inflação é um mal que está a corroer todos os países, qualquer que seja o seu regime e o seu sistema económico. Vata a pena ver o que diz o Relatório Económico da ONU para a Europa, de 1972. Ele aponta as seguintes taxas para outros países, também europeus:

Hungria	3%
Bulgária	0%
R.D. Alemã	0%
Polónia	0%
Polónia	0,1%
Checoslováquia	0,4%
URSS	1,2%

Como se verifica (o M. Caetano não desconhece estas coisas) excluindo o caso da Hungria onde se deu uma inflação reduzida, nos outros países ou há uma estabilidade completa ou uma redução de preços.

Descendo a alguns pormenores tem interesse referir que a URSS, de 1940 a 1972 houve um aumento dos preços de 39%. É durante a guerra que há, naturalmente, um aumento notável. Mas de 1970 a 1972 os preços na URSS, ao contrário do que diz Caetano, sofreram uma descida de 25%. Já agora interessará dizer que o salário médio dos operários e empregados aumentou, de 1940, quase quatro vezes. Tudo isto desmascara a mentira de M. Caetano sobre a inflação universal e põe a nu a diferença que existe, neste aspecto, entre o mundo socialista e o mundo capitalista.